



Câmara Municipal de São João de Meriti

ADVOGADO LEGISLATIVO

ADL01

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A Prova Objetiva terá duração de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo de preenchimento do Cartão de Respostas.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado.
- 3 - Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala até que todos os três tenham finalizado suas provas devendo sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - O candidato **NÃO poderá levar o seu Caderno de Questões (Provas Objetivas) e NÃO poderá copiar o gabarito (assinamentos)**. A imagem do seu Cartão de Respostas será disponibilizada na página do processo seletivo em **www.funrio.org.br** na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este Caderno de Questões (Provas), que contém **60 (sessenta) questões objetivas** está completo.
- 2 - Cada questão da Prova Objetiva conterà **5 (cinco) opções** e somente uma opção correta.
- 3 - Confira **se os seus dados pessoais**, a opção de cargo/função escolhido, indicados no **Cartão de Respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar obrigatoriamente o **Cartão de Respostas** no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se a opção do cargo/função que está no caderno de questões é o mesmo do que consta em seu **Cartão de Respostas**. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu Cartão de Respostas. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas assinaladas seja a correta.
- 7 - O fiscal de sala não poderá prestar qualquer esclarecimento sobre o conteúdo da prova. Caso discorde de qualquer questão, quer seja por erro gráfico, quer seja por conta do conteúdo da mesma, o candidato deverá entrar com recurso administrativo contra as questões (um recurso para cada questão que desejar recorrer) na data prevista no cronograma.

AGENDA

- ⇒ **08/04/2018**, Provas Objetivas – Cargos/Funções de Nível Superior (Domingo – Manhã às 09 horas).
- ⇒ **09/04/2018**, Divulgação dos Exemplos dos Cadernos de Questões (Provas) das Provas Objetivas.
- ⇒ **09/04/2018**, Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas.
- ⇒ **13/04/2018**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- ⇒ **16/04 a 17/04/2018**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas.
- ⇒ **27/04/2018**, Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas.
- ⇒ **30/04/2018**, Relação Preliminar de Notas das Provas Objetivas.
- ⇒ **02/05 a 03/05/2018**, Interposição de Recursos contra a Relação Preliminar de Notas das Provas Objetivas.
- ⇒ **08/05/2018**, Relação Final de Notas das Provas Objetivas.
- ⇒ **08/05/2018**, Resultado Final.



INFORMAÇÕES:

- ⇒ Tel: (21) 2567-9994 das 09 às 17h
- ⇒ Internet: www.funrio.org.br
- ⇒ E-mail: cmsjm2017@funrio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

SOBRE A INTOLERÂNCIA (UNESCO)

A intensificação atual da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do antissemitismo, da exclusão, da marginalização e da discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, dos refugiados, dos trabalhadores migrantes, dos imigrantes e dos grupos vulneráveis da sociedade e também pelo aumento dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento...

QUESTÃO 1

O jornal O Globo, de 4/12/2017 traz a seguinte manchete:

Menino de 13 anos fugido do Congo conta como é viver em uma área violenta da cidade depois de fugir de um país em guerra

Essa manchete se inclui no seguinte problema citado no texto:

- (A) intensificação da xenofobia.
- (B) discriminação contra trabalhadores migrantes.
- (C) intensificação da violência contra refugiados.
- (D) discriminação contra minorias.
- (E) intensificação da exclusão.

QUESTÃO 2

“...todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento...”.

O comentário correto sobre os componentes desse segmento do texto é:

- (A) o termo “todos comportamentos” resume todos os citados anteriormente.
- (B) o termo “todos comportamentos” deveria ser substituído por “todos os comportamentos”.
- (C) o termo “consolidação da paz” poderia ser substituído por “consolidação pacífica”.
- (D) o termo “consolidação da democracia” poderia ser substituído por “consolidação democrática”.
- (E) o termo “que” se refere a um antecedente que está na parte anterior a esse fragmento do texto.

QUESTÃO 3

No texto há a presença de vários termos seguidos de vários complementos; o item abaixo em que há uma relação equivocada entre um desses termos e seus complementos é:

- (A) a intensificação atual / da intolerância.
- (B) discriminação / contra minorias nacionais.
- (C) aumento / dos atos de violência.
- (D) liberdade / de opinião e de expressão.
- (E) plano / nacional e internacional.

QUESTÃO 4

A ligação semântica entre os dois termos citados está correta em:

- (A) terrorismo / intimidação das pessoas que exercem sua liberdade de opinião.
- (B) racismo / discriminação contra refugiados.
- (C) antissemitismo / intimidação das pessoas que exercem sua liberdade de expressão.
- (D) xenofobia / discriminação dos imigrantes.
- (E) nacionalismo agressivo / discriminação contra minorias religiosas.

QUESTÃO 5

Todos os termos abaixo estão unidos pela conjunção aditiva E; a união que liga palavras de classes diferentes das demais é:

- (A) “da marginalização e da discriminação”.
- (B) “minorias religiosas e linguísticas”.
- (C) “dos imigrantes e dos grupos”.
- (D) “atos de violência e de intimidação”.
- (E) “consolidação da paz e da democracia”.

QUESTÃO 6

O texto desta prova pode ser mais bem caracterizado como:

- (A) uma listagem de problemas que mexem com a paz mundial.
- (B) uma denúncia contra certos governos ditatoriais.
- (C) uma indicação de causas e consequências de vários problemas.
- (D) um alerta contra os perigos de novas guerras.
- (E) um texto argumentativo a favor da paz.

QUESTÃO 7

O texto se refere ao caso da discriminação contra minorias linguísticas; nesse caso, o tema se liga a um setor do estudo de língua, denominado:

- (A) linguagem figurada.
- (B) intertextualidade.
- (C) variação linguística.
- (D) norma culta.
- (E) polifonia.

QUESTÃO 8

Os termos abaixo sublinhados que não podem trocar de posição entre si, no contexto em que se situam, são:

- (A) “A intensificação atual da intolerância, da violência”.
- (B) “a consolidação da paz e da democracia”.
- (C) “A intensificação [...] da marginalização e da discriminação”.
- (D) “no plano nacional e internacional”.
- (E) “atos de violência e de intimidação”.

QUESTÃO 9

A mudança proposta no texto que contraria a norma culta da língua é:

- (A) “atos de violência e de intimidação cometidos” / cometida.
- (B) “no plano nacional e internacional” / nos planos.
- (C) “sua liberdade de opinião e de expressão” / suas liberdades.
- (D) “a consolidação da paz e da democracia” / as consolidações.
- (E) “...contra pessoas que exercem” / exerce.

QUESTÃO 10

Observe a charge abaixo:



A charge acima aborda o seguinte problema citado no texto:

- (A) a ausência de liberdade de expressão.
- (B) a violência contra minorias marginalizadas.
- (C) a intensificação da xenofobia.
- (D) a discriminação contra policiais e outras autoridades.
- (E) a prática de racismo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11

Observe os cinco primeiros termos da sequência: 12, 17, 24, 33, 44, O oitavo termo dessa sequência é o:

- (A) 86.
- (B) 87.
- (C) 88.
- (D) 89.
- (E) 90.

QUESTÃO 12

A negação de “Se Joca fala aramaico então Joca fala alemão” é:

- (A) Joca fala aramaico e não fala alemão.
- (B) Se Joca não fala aramaico então Joca fala alemão.
- (C) Se Joca não fala aramaico então Joca não fala alemão.
- (D) Se Joca não fala alemão então Joca fala aramaico.
- (E) Joca não fala aramaico nem alemão.

QUESTÃO 13

Nos dias em que visita a tia, Mariel compra um sorvete ou um doce. Nos dias em que chove Mariel sempre vai ao mercado. Hoje Mariel não visitou a tia. Nesse caso, avalie se as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- ✓ Hoje Mariel não comprou um sorvete.
- ✓ Hoje Mariel não comprou um doce.
- ✓ Hoje Mariel não foi ao mercado.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) F, V e F.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

QUESTÃO 14

Uma urna contém cinco bolas numeradas de 1 a 5. Sortearemos uma primeira bola, observaremos seu número, devolveremos a bola sorteada à urna e sortearemos uma segunda bola. A probabilidade de que a soma dos dois números sorteados seja menor do que 5 é igual a:

- (A) 5%.
- (B) 10%.
- (C) 16%.
- (D) 20%.
- (E) 24%.

QUESTÃO 15

Um torneio eliminatório de futebol de botão será disputado no sistema eliminatório simples, ou seja, o perdedor de cada jogo é eliminado. Naturalmente, cada jogo é disputado por dois jogadores. Se o torneio for disputado por 452 jogadores, então o torneio terá o seguinte número total de jogos:

- (A) 226.
- (B) 227.
- (C) 451.
- (D) 8.490.
- (E) 15.368.

QUESTÃO 16

Há 15 anos, Josué tinha o dobro da idade de Alexandre. Daqui a 3 anos, a soma das idades de Josué e Alexandre será igual a 72. O produto das idades atuais de Josué e Alexandre é igual a:

- (A) 700.
- (B) 851.
- (C) 988.
- (D) 1.053.
- (E) 1.260.

QUESTÃO 17

A biblioteca de André tem o dobro da quantidade de livros que a de Jorge e o triplo da quantidade de livros da de Moisés. André, Jorge e Moisés são amigos e resolveram juntar as três bibliotecas para abrir uma biblioteca popular no bairro onde moram. Se as três bibliotecas forem unificadas, reunindo todos os livros que ostentam atualmente, então essa biblioteca poderá ter a seguinte quantidade inicial de livros:

- (A) 3.333.
- (B) 4.444.
- (C) 5.555.
- (D) 6.666.
- (E) 7.777.

QUESTÃO 18

Uma urna contém 100 bolas numeradas de 1 a 100. Se uma bola for sorteada dessa urna, a probabilidade de que ela apresente um número maior do que 51 e menor do que 60 é igual a:

- (A) 7%.
- (B) 8%.
- (C) 9%.
- (D) 10%.
- (E) 11%.

QUESTÃO 19

Numa certa localidade, o jogo de “catchumba” é muito popular. Nesse jogo, dois rivais se enfrentam; o vencedor do jogo ganha 4 pontos e o perdedor ganha 1 ponto. Se o jogo termina empatado, cada rival ganha 2 pontos. Um torneio de “catchumba” foi disputado por 10 jogadores em sistema de turno único, ou seja, cada jogador jogou uma única vez com cada um dos demais. Se a soma dos pontos obtidos pelos dez jogadores ao final do torneio foi 217, então concluímos que a quantidade de jogos desse torneio que terminaram empatados foi:

- (A) 8.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 20.
- (E) 25.

QUESTÃO 20

A média das idades dos 24 funcionários de uma empresa é igual a 23,5. Se um funcionário de 26 anos for contratado, então a média das idades dos 25 funcionários será igual a:

- (A) 23,6.
- (B) 23,65.
- (C) 23,7.
- (D) 23,75.
- (E) 23,8.

REGIMENTO INTERNO DA CMSJM E LEI ORGÂNICA DE SJM

QUESTÃO 21

Avalie, com base nos Art. 6º e 7º do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João de Meriti, se as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- ✓ Os Vereadores são agentes políticos, investidos do mandato legislativo municipal, para uma Legislatura, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto direto e secreto.
- ✓ Os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, salvo no caso de contrato de adesão.
- ✓ Os Vereadores não poderão, desde a posse serem proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direitos públicos, ou nela exercerem função remunerada.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e F.
- (C) V, V e V.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

QUESTÃO 22

Avalie, com base no Art. 8º do Regimento Interno, se os deveres do Vereador incluem:

- I. Residir no território do Município.
- II. Comparecer à hora regimental, nos dias designados para a abertura das Sessões, nelas permanecendo até o seu término.
- III. Votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara Municipal, salvo quando tiver, ele próprio ou parente afim ou consanguíneo, até o terceiro grau inclusive, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.
- IV. Propor à Câmara Municipal todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e à segurança e bem estar da população, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público.

Estão corretas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 23

“Art. 21º - O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecido neste Regimento”.

O Art. 23 estabelece que as deliberações do plenário serão tomadas pelo voto mínimo de dois terços dos membros da Câmara Municipal nos seguintes casos, entre outros, EXCETO:

- (A) Regimento Interno da Câmara Municipal.
- (B) realização de plebiscito.
- (C) alienação de bens imóveis do Município.
- (D) outorga de concessão, permissão ou autorização de serviços públicos.
- (E) aquisição de bens imóveis pelo Municípios, com encargos.

QUESTÃO 24

O Art. 32 do regimento Interno estabelece que “a Mesa Diretora é órgão colegiado e decidirá sempre pela maioria dos seus membros.

Competem à Mesa Diretora, entre outras, as seguintes tarefas, EXCETO UMA, que está ERRADA. Assinale-a.

- (A) elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia 1º de agosto, após aprovação pelo Plenário, a proposta orçamentária da Câmara Municipal, sob a forma de projeto de Resolução a ser incluída na proposta do Município; na hipótese de não apreciação pelo Plenário, prevalecerá a proposta da Mesa Diretora.
- (B) enviar ao Prefeito até o dia 25 de cada mês, para fins de incorporação aos balancetes dos Município, os balancetes de sua execução orçamentária relativos ao mês anterior.

- (C) encaminhar ao Prefeito, até o primeiro dia de março, as contas do exercício anterior.
- (D) propor ao Plenário projetos que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais.
- (E) declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara Municipal, nos casos previsto por Lei Orgânica Municipal.

QUESTÃO 25

Avalie, com base no Art. 49º do Regimento Interno se qualquer membro da Mesa Diretora poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal, quando:

- I. faltoso, omissos ou comprovadamente ineficiente no desempenho de suas atribuições.
- II. infringir qualquer das proibições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal.
- III. exorbitar das atribuições a ele conferidas pelo Regimento Interno.
- IV. faltar com o decoro parlamentar, com o qual são incompatíveis tanto o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal quanto a percepção de vantagens indevidas.

Estão corretas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26

De acordo com seu Art. 34, a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada pelos membros da Câmara Municipal. Avalie se, nesse caso, as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- ✓ A proposta será discutida e votada em turno único e considerada aprovada se obtiver maioria dos votos dos membros da Câmara.
- ✓ A Emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.
- ✓ A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) V, V e F.

QUESTÃO 27

“O Controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.”

(Art. 44 da Lei Orgânica Municipal)

Com base nesse artigo, as seguintes afirmativas estão corretas, EXCETO:

- (A) as contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento de exercício financeiro; se, até esse prazo, não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Fiscalização o fará em trinta dias.
- (B) apresentadas as contas, o Presidente da Câmara as colocará pelo prazo de sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, na forma da lei, publicando edital.
- (C) vencido esse prazo, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.
- (D) recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Fiscalização sobre ele e sobre as contas dará seu parecer em no máximo sessenta dias.
- (E) somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas.

QUESTÃO 28

De acordo com os Art. 62 a 67 da Lei Orgânica Municipal, as seguintes afirmativas acerca da Procuradoria Geral do Município estão corretas, EXCETO:

- (A) a Procuradoria Geral do Município, com estrutura Orgânica de Secretaria Municipal, é a instituição que representa, como advocacia geral, o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos de Lei Complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (B) a Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito dentre advogados devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) o Procurador Geral do Município, ou o seu substituto, é obrigado a propor a competente ação regressiva em face do servidor público de qualquer categoria, declarado culpado por haver causado a terceiro lesão de direito que a Fazenda Municipal seja obrigada judicialmente a reparar.
- (D) a cessação, por qualquer forma, do exercício da função pública não exclui o servidor da responsabilidade perante a Fazenda Municipal.
- (E) a Fazenda Municipal, na liquidação do que for devido pelo servidor público ou empregado público, não poderá optar pelo desconto em folha de pagamento.

QUESTÃO 29

Avalie, com base no Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, se, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município instituir imposto sobre:

- I. Patrimônio, renda ou serviço da União ou do Estado.
- II. Templo de qualquer culto.
- III. Patrimônio, renda ou serviços de Partidos Políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei.
- IV. Livros, jornais e periódicos.

São de fato vedados:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

QUESTÃO 30

Com base no Art. 119 da Lei Orgânica, o dever do Município com a educação será efetivado, entre outras, mediante garantia de, EXCETO:

- (A) ensino público fundamental, obrigatório e gratuito, com turno de cinco horas de duração, implantado progressivamente no prazo de dez anos.
- (B) oferta obrigatória do ensino fundamental e gratuito aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (C) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio.
- (D) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e ensino profissionalizante em oficinas na rede regular de ensino, quando necessário, por professores de educação especial.
- (E) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

A autoridade administrativa competente estabelece a necessidade de construção de aquedutos que cortam a propriedade de K. Nesse caso, deve a administração instituir:

- (A) passagem compulsória.
- (B) requisição pública.
- (C) servidão administrativa.
- (D) ônus especial.
- (E) limitação intermitente.

QUESTÃO 32

O consórcio público, nos termos da Lei 11.107-05, será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de:

- (A) declaração de ações.
- (B) certificado de objetivos.
- (C) concessões recíprocas.
- (D) protocolo de intenções.
- (E) estatuto social.

QUESTÃO 33

De acordo com a Lei 11.079-04, a concessão de serviços públicos quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado é considerada como:

- (A) administrativa.
- (B) operacional.
- (C) comum.
- (D) privatizada.
- (E) patrocinada.

QUESTÃO 34

A denominada lei de improbidade administrativa (Lei no. 8.429-92) estabelece sanções severas para o administrador e, na trilha da jurisprudência estabelecida pelo Superior Tribunal de Justiça, exige ato doloso a ser caracterizado. A culpa, no entanto, é admitida quando se trata de:

- (A) receber vantagem econômica.
- (B) aceitar emprego de forma indevida.
- (C) lesão ao erário.
- (D) retardar ato de ofício.
- (E) negar publicidade aos atos oficiais.

QUESTÃO 35

Dentre os serviços públicos que devem ser prestados pelo município, consta expressamente da Constituição Federal o consistente no de:

- (A) educação superior.
- (B) serviços médicos complexos.
- (C) transporte coletivo.
- (D) segurança local.
- (E) obras urbanas.

QUESTÃO 36

No âmbito dos municípios, é considerado agente político quem ocupa o cargo de:

- (A) Presidente da Companhia de Limpeza Urbana.
- (B) Coordenador de Finanças municipal.
- (C) Chefe do Núcleo Educacional.
- (D) Diretor de Escola municipal eleito.
- (E) Prefeito.

QUESTÃO 37

GG é administrador público em determinado órgão municipal necessitando prover o fornecimento de hortifrutigranjeiros para o consumo mensal em refeições fornecidas a escolas e entidades integrantes da administração direta. Após consulta ao advogado Péricles verifica que, de acordo com a Lei no. 8.666/93, considerada a norma geral das licitações, nesse caso o administrador deverá:

- (A) adquirir os bens livremente no mercado.
- (B) cotar mensalmente os valores e adquiri-los mediante compra direta.
- (C) liberar os valores para os órgãos responsáveis que decidirão caso a caso.
- (D) realizar procedimento licitatório para aquisição pelo período necessário.
- (E) dispensar a licitação para aquisições em datas festivas.

QUESTÃO 38

PB é empresário no ramo de alimentos, com sólida carreira, sendo que as sociedades empresárias das quais participa como controlador alcançaram lucros sucessivos desde a sua fundação. Após reunião com os seus principais executivos, projeta plano de expansão que abrange áreas completamente diversas da sua atuação originária. Vasculhando as normas em vigor, PB verifica que uma das possíveis áreas de atuação negocial necessita, nos termos da Constituição Federal, de autorização estatal da União consistente na exploração de:

- (A) serviço judiciário.
- (B) navegação aeroespacial.
- (C) correio aéreo nacional.
- (D) classificação de diversões públicas.
- (E) serviço oficial de estatística.

QUESTÃO 39

P, servidora municipal vinculada ao município YU, foi surpreendida por decisão do responsável pelo setor de pagamentos que cortou verba correspondente a gratificação que percebia há mais de cinco anos. Procurando saber as razões do corte, verificou que somente existiu a ordem do responsável, sem qualquer lastro a fundamentar o ato decisório. Observado que independentemente de legislação local devem ser obedecidos determinados princípios ao processo administrativo municipal, pode ser assentado que a decisão ofendeu o princípio da:

- (A) probidade.
- (B) eficiência.
- (C) referência.
- (D) ampla defesa.
- (E) competência.

QUESTÃO 40

O servidor T pretende gozar licença-prêmio como um direito reconhecido pela legislação do município de São João de Meriti. Nos termos das normas aplicáveis, o servidor municipal, preenchidos os demais requisitos previstos, terá direito a licença-prêmio de:

- (A) 02 (dois) meses por decênio de efetivo exercício, exclusivamente municipal.
- (B) 03 (três) meses por decênio de efetivo exercício, exclusivamente municipal.
- (C) 04 (quatro) meses por decênio de efetivo exercício, exclusivamente municipal.
- (D) 05 (cinco) meses por decênio de efetivo exercício, exclusivamente municipal.
- (E) 06 (seis) meses por decênio de efetivo exercício, exclusivamente municipal.

QUESTÃO 41

A Emenda Constitucional no. 45 de 2004 criou, com o fito de propiciar melhor razoabilidade no exame dos recursos extraordinários, o instituto da repercussão geral que deve ser examinado pelo pleno do Supremo Tribunal Federal que, para recusar a alegação, deve compor quorum de:

- (A) metade dos ministros.
- (B) dois terços dos ministros.
- (C) maioria absoluta dos ministros.
- (D) maioria simples dos ministros.
- (E) unanimidade dos ministros.

QUESTÃO 42

O princípio do Juiz Natural é uma das garantias constitucionais. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO ofende tal garantia:

- (A) criação de tribunal de exceção.
- (B) quebra da competência do Juízo.
- (C) julgamento colegiado com presença de Juiz convocado.
- (D) julgamento de processo penal por Juiz singular de Deputado Federal.
- (E) julgamento de processo penal por tribunal ordinário de Senador.

QUESTÃO 43

De acordo com a Constituição Federal, constitui parte legítima para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade a Mesa da:

- (A) Governadoria.
- (B) Prefeitura.
- (C) Câmara Municipal.
- (D) Relação.
- (E) Câmara Legislativa do Distrito Federal.

QUESTÃO 44

O Deputado Federal Y é nomeado para exercer as funções de Embaixador do Brasil na França. Nos termos da Constituição Federal, ele será:

- (A) licenciado, sem perda do mandato.
- (B) licenciado, com perda do mandato.
- (C) licenciado sem remuneração.
- (D) licenciado com acúmulo de remunerações.
- (E) licenciado com perda de foro por prerrogativa de função.

QUESTÃO 45

De acordo com a Constituição Federal, as comissões parlamentares de inquérito que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de:

- (A) um quinto dos seus membros.
- (B) metade dos seus membros.
- (C) um quarto dos seus membros.
- (D) um sexto dos seus membros.
- (E) um terço dos seus membros.

QUESTÃO 46

Determinado cidadão tem ciência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal julgando procedente pedido formulado em Arguição de Preceito Fundamental (ADPF). Com base na referida decisão, pleiteia o seu cumprimento tendo seu pedido restado indeferido. De acordo com a Lei federal no. 9.882-99, contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal caberá:

- (A) Recurso Extraordinário.
- (B) Reclamação.
- (C) Agravo.
- (D) Embargos de Divergência.
- (E) Apelação.

QUESTÃO 47

O Supremo Tribunal Federal, ao aplicar determinada norma prevista na Constituição sem que houvesse ocorrido qualquer emenda constitucional, modifica o seu entendimento anterior e apresenta nova interpretação adequada à contemporaneidade. Em termos de hermenêutica constitucional, esse ato é inserido na denominada:

- (A) volatilidade das decisões.
- (B) instabilidade decisória.
- (C) visualização prospectiva.
- (D) mutação constitucional.
- (E) democratização judicial.

QUESTÃO 48

O processo legislativo previsto na Constituição Federal prevê diversos instrumentos normativos, dentre os quais as emendas à Constituição. No entanto, a Constituição não poderá ser emendada na vigência de:

- (A) intervenção federal.
- (B) situação de emergência.
- (C) reunião do Conselho da República.
- (D) afastamento do Chefe do Poder Executivo.
- (E) cumprimento de Habeas Corpus.

QUESTÃO 49

O Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal, possui competência para, em caso de infrações penais comuns, julgar originariamente o ocupante do cargo de:

- (A) Deputado Estadual.
- (B) Prefeito.
- (C) Comandante da Marinha.
- (D) Secretário Distrital.
- (E) Cônsul.

QUESTÃO 50

Nos termos da Constituição Federal, dentre os requisitos para a candidatura ao cargo de vereador temos a idade mínima de:

- (A) 16 anos.
- (B) 17 anos.
- (C) 18 anos.
- (D) 19 anos.
- (E) 20 anos.

QUESTÃO 51

Dentre as atividades que a doutrina identifica como sendo de jurisdição anômala, encontra-se a desempenhada pelo:

- (A) Tribunal de Contas.
- (B) Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal Regional Federal.
- (D) Tribunal Regional do Trabalho.
- (E) Tribunal de Justiça Militar.

QUESTÃO 52

Bruna V. apresentou contestação antes do término do prazo previsto. Verifica, posteriormente, que não incluiu um item defensivo. Requer, ainda no prazo conferido para a contestação, aditamento. Nesse caso, não será possível diante da constatação de preclusão:

- (A) temporal.
- (B) consumativa.
- (C) lógica.
- (D) especial.
- (E) procedimental.

QUESTÃO 53

Uma das modificações impostas pelo Código de Processo Civil de 2015 ao regime da remessa necessária foi estabelecer limites econômicos em relação aos quais não é necessária a submissão ao duplo grau necessário de Jurisdição. Em relação aos municípios, de acordo com o CPC, não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

- (A) 100 salários-mínimos.
- (B) 200 salários-mínimos.
- (C) 300 salários-mínimos.
- (D) 400 salários-mínimos.
- (E) 500 salários-mínimos.

QUESTÃO 54

A doutrina clássica sempre identificou a nulidade das sentenças judiciais quando fosse proferida por juiz peitado. Essa expressão corresponde ao atual fundamento expresso no CPC de 2015 correspondente à rescindibilidade com fundamento na atuação de magistrado:

- (A) falso.
- (B) suspeito.
- (C) impedido.
- (D) prevaricador.
- (E) incompetente.

QUESTÃO 55

No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, nos termos do Código de Processo Civil de 2015:

- (A) não será necessária a apresentação de memória de cálculos.
- (B) não ocorrendo o pagamento voluntário ocorrerá acréscimo de multa de dez por cento.
- (C) a Fazenda Pública será intimada para, querendo, no prazo de 15 dias impugnar a execução.
- (D) a Fazenda Pública será intimada para, querendo, no prazo de 15 dias embargar a execução.
- (E) rejeitadas as arguições da executada expedir-se-á precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal.

QUESTÃO 56

De acordo com o Código Civil são considerados absolutamente incapazes:

- (A) os ébrios habituais.
- (B) os toxicômanos.
- (C) os menores de dezesseis anos.
- (D) os pródigos.
- (E) os loucos de todo gênero.

QUESTÃO 57

De conformidade com o Código Civil aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas está na situação de:

- (A) detentor.
- (B) proprietário.
- (C) nunciante.
- (D) invasor.
- (E) posseiro.

QUESTÃO 58

Nos termos do Código Civil após a constituição de pessoa jurídica de direito privado o direito de anular o referido ato decai em:

- (A) dois anos.
- (B) três anos.
- (C) quatro anos.
- (D) cinco anos.
- (E) seis anos.

QUESTÃO 59

Quando o Código de Processo Penal estabelece que a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos está determinando a:

- (A) indivisibilidade da ação penal.
- (B) solidariedade da ação penal.
- (C) responsabilidade da ação penal.
- (D) unificação da ação penal.
- (E) conjunção da ação penal.

QUESTÃO 60

Apesar das divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre a manutenção de determinados crimes no sistema jurídico pátrio, vários continuam sendo tipificados na lei. Dentre eles, o crime de desacato praticado contra funcionário público que é considerado um crime:

- (A) formal.
- (B) material.
- (C) culposo.
- (D) omissivo.
- (E) eventual.

